

UM OLHAR INICIAL SOBRE A IMPLANTAÇÃO PROUCA EM GOIÁS

Adda Daniela Lima Figueiredo – UEG/PUC-GO

Joana Peixoto – UCG

Agência Financiadora: FAPEG

Na contemporaneidade, possibilitar inclusão digital é muito mais do que oportunizar acesso aos recursos tecnológicos, em especial se considerarmos esse tipo de inclusão um primeiro passo para a inclusão social. Logo, integrar a rede de conhecimento digital, buscando, produzir e socializar para a melhoria da qualidade de vida coletiva deve ser o objetivo da inclusão digital (PRETTO e PINTO, 2006; WARSCHAUER, 2006).

Dentre os programas do governo federal de inclusão digital, via ambiente escolar, o “Programa Um Computador por Aluno” (PROUCA) tem a finalidade de promover a inclusão digital, por meio da distribuição de 1 computador portátil (*laptop*) para cada estudante e professor de educação básica em escolas públicas. Ele foi instituído no ano de 2010, pela Lei nº 12.249, de 14 de junho de 2010.

Em Goiás, a experiência está sendo implantada, desde 2010, em nove escolas de oito cidades, quais sejam: duas escolas em Goiânia e as demais no interior do estado. Além disso, a Universidade Federal de Goiás (UFG), campus de Goiânia, consta como recebedora de máquinas deste projeto. Neste estado, o PROUCA atende cerca de 217 professores e 3945 alunos (PROUCA, 2013).

O presente trabalho busca analisar a implantação do PROUCA nas escolas contempladas com o programa no estado de Goiás. A pesquisa se pautou em uma abordagem qualitativa, a partir de análise documental dos documentos oficiais do governo federal, entrevistas com docentes e gestores, além de observações a partir de visitas realizadas em quatro escolas da amostra.

PROUCA no estado de Goiás

A Escola Municipal Jaime Câmara (cidade de Goiânia – IDEB 4,5) recebeu 596 *laptops*, em agosto de 2010, para os 622 alunos e 56 profissionais da escola à época. Os professores tiveram duas grandes etapas de formação a partir de outubro de 2010, totalizando 280 horas de formação. Na utilização em sala dos *laptops* teve início em 2011 e os professores ainda não contam com plena infraestrutura de internet para o efetivo trabalho com seus alunos, nem com material didático específico para o público de jovens e adultos, atendido no período noturno. Os discentes não podem levar os *laptops* para casa e seu uso na escola deve ser fruto de um momento agendado e planejado pelo docente. Todavia, os professores alegam

fazer uso dos *laptops* ao longo de diversas aulas e que observam ânimo dos alunos nesses momentos, bem como melhora na disciplina das turmas.

A visitação ao Colégio Estadual Prof^a Vandy de Castro Carneiro (cidade de Goiânia – IDEB 4,3) ocorreu no segundo semestre de 2012, sendo orientada pelo diálogo com a diretora da escola e duas professoras. De acordo com as entrevistadas, a escola recebeu, no ano de 2010, 737 *laptops* do PROUCA para seus, atualmente, 522 alunos. Fato ocasionado porque a escola foi direcionada ao sistema de escola integral no ano de 2012 em seu período diurno – do 1º ao 9º ano. A gestão da escola relata que alunos do ensino fundamental utilizam com maior frequência os *laptops* do que os alunos do ensino médio, por adequação dos conteúdos disponíveis a sua faixa etária, sendo mais utilizados para pesquisa. Da mesma forma, os discentes não podem levar os *laptops* para casa e seu uso na escola deve ser fruto de um momento agendado e planejado pelo docente.

Na escola do município de Trindade, Escola Estadual Prof. Marcilon Dorneles (IDEB de 4,2), chegaram 371 *laptops* para cerca de 290 alunos do 6º ao 9º ano, do período diurno. Foi relatado que inicialmente a escola contou com o apoio de um dinamizador – que ficava no laboratório à disposição dos professores – e, também, com o apoio de um mediador UCA que ficava responsável pelo transporte, recarregar e pesquisar mais funções dos *laptops*. No ano de 2012 a escola não contou mais com esses apoios, o que tornou bem mais difícil o desenvolvimento de atividades com os alunos em sala de aula. A escola conta com duas professoras bolsistas do programa, junto ao grupo da UFG, e uso gradativos das máquinas nas aulas das diversas turmas.

A escola Estadual Roque Romeu Ramos (IDEB de 4,3) possuía em dezembro de 2010, época do recebimento do PROUCA, 480 alunos de ensino fundamental e médio, 29 professores, sendo 20 professores capacitados pelo NTE para o uso dos laboratórios de informática, e 25 funcionários administrativos. A escola recebeu 593 *laptops* e sistema de internet wifi, instalada pela equipe da PUCSP. De acordo com Rocha (2011), os professores disseram, com ênfase, que não se sentem preparados para atuar nesse projeto, relatando que a formação foi insuficiente. Os dois gestores que responderam questionário no município de Ouro Verde são enfáticos em dizer que para que o programa tenha êxito é necessário que se faça manutenção nos equipamentos e dar tempo ao professor para, efetivamente, se capacitar.

Já no Colégio Estadual Aplicação de Tempo Integral (cidade de Iporá - IDEB 5,6) recebeu-se formação pelo grupo de NTE sediado na cidade e foi oportunizada 180 horas de atividade semi-presencial pelo ambiente e-ProInfo. No que tange o Colégio Municipal Professor Lourenço Batista (cidade de Rio Quente - IDEB de 4,6) e o Colégio Estadual

Professora Ivânia Maria Ferrassoli (cidade de Mundo Novo - IDEB de 3,7) não existem informações disponíveis na internet, nem artigos ou foram feitas visitas por esse grupo de pesquisa. As escolas Dolores Martins (cidade de Jussara - IDEB 5,0) e Celina Leite (cidade de Santa Cruz de Goiás - IDEB de 4,3) apesar de terem um blog sobre o assunto, só comentam que houve formação dos professores, sem apresentar dados sobre a formação ou as formas de uso dos *laptops* por seus professores e alunos.

Para além do PROUCA: controvérsias e possibilidades da inclusão digital

O projeto da OLPC busca, na verdade, disponibilizar uma inovação tecnológica que, de forma simples e rápida, ajude a resolver um problema social crítico: a desigualdade social. A promessa da OLPC configura uma utopia técnica apoiada nas transformações contemporâneas do capitalismo e no desenvolvimento dos mercados de informação que fortalecem os discursos que associam o conhecimento, às inovações e à satisfação de necessidades comuns.

Nesse sentido, a inclusão digital ainda é vista como o pareamento ao padrão de equipamentos, formas de uso e tipos de serviço dos países desenvolvidos, se tornando uma visão econômica unilateral e inequívoca de progresso. Propomos, então, reorientar a discussão sobre inclusão e exclusão digital a partir das questões de desenvolvimento social a ser propiciada por meio do agregar efetivo das TIC às comunidades, instituições e sociedades, não focando apenas a aquisição de equipamentos.

A partir da proposta de um computador para um aluno, chamada de modalidade 1:1, a baixo custo busca-se fazer com que a massa de jovens pobres dos países em desenvolvimento ou pobres desenvolvam práticas de autoeducação, acedendo à sociedade do conhecimento. Trata-se de tornar o jovem trabalhador destes países um homem digital, criativo, flexível, autônomo e conectado.

Neste sentido, o PROUCA se coloca no bojo de uma política global de inclusão digital pela educação, renovando uma utopia técnica que privilegia o acesso a tecnologia e a informação em detrimento de uma política social. Nas condições atuais, dotar sistematicamente os alunos das escolas públicas de *laptops* parece se justificar mais na busca de modernidade e de progresso econômico do em escolhas educativas coerentes.

No enfrentamento deste paradoxo para avançar na explicação do processo de implantação do PROUCA em Goiás, corroboramos com Castells quando afirma que:

A nova economia afeta a tudo e a todos, mas é inclusiva e exclusiva ao mesmo

tempo; os limites da inclusão variam em todas as sociedades, dependendo das instituições, das políticas e dos regulamentos. Por outro lado, a volatilidade financeira sistêmica traz consigo a possibilidade de repetidas crises financeiras com efeitos devastadores nas economias e nas sociedades (CASTELLS, 1999, p. 203).

Com base nos dados obtidos por esta pesquisa, no Estado de Goiás, observa-se o seguinte quadro:

1. A chegada das máquinas nas escolas não resultou em trabalho pedagógico imediato e contínuo para conhecer as máquinas e suas possibilidades pedagógicas.
2. A formação docente e dos professores-formadores dos NTE ocorreu em quantidade de horas e formatos distintos de uma escola para outra, podendo ser concomitante entre os pares.
3. Os professores ainda possuem posicionamentos bem distintos sobre a necessidade do trabalho com os *laptops* nas escolas, ora aprovando ora não.
4. Os docentes e gestores que acreditam no projeto conseguem fazer bom uso do recurso tecnológico em suas aulas, se tiverem tempo maior de estudo e planejamento.
5. O engajamento dos gestores e professores ao projeto é essencial ao seu êxito.
6. Os docentes relatam que, de uma forma, geral, os alunos possuem muito interesse nas aulas com os *laptops* e possuem muito zelo pelo seu aparato tecnológico.
7. Problemas de infraestrutura dificultam o pleno uso do recurso tecnológico.

Nesse sentido, observamos que os problemas técnicos são bastante presentes no cotidiano das escolas com o programa, sendo relatado a baixa assistência dos responsáveis. O fato dos estudantes não poderem levar os computadores para casa e o acesso à internet ser praticamente inexistente ou de baixa velocidade, nas escolas visitadas, revela-se como problema ao envolvimento dos alunos na proposta.

Então, querendo fazer a crítica numa perspectiva reflexiva e construtiva, no sentido de levantar possibilidades colocadas. Não se trata de defender o PROUCA mas, de levantar elementos que permitem a sua avaliação das práticas decorrentes da sua implantação podemos dizer que as interrogações aumentam quando se considera a ausência de resultados explícitos ou de avaliações sistematizadas a estes projetos educacionais ou ainda a essas políticas públicas destinadas as escolas brasileiras. Não sabemos se houve melhoria da aprendizagem com o uso de tecnologias, além de detectarmos fragilidade das promessas educacionais para o uso das tecnologias na escola.

Além disso, a partir do depoimento dos professores, observa-se que, embora estes não possuam clareza sobre os objetivos pedagógicos do PROUCA, envidam esforços no sentido de qualificar suas práticas por meio do uso dos *laptops* educacionais. Além de relatarem que o uso pode fazer parte de um processo de transformação progressiva e lenta de suas práticas.

Para além dessas pontuações iniciais, inúmeros questionamentos podem ser levantados a este programa, como: é possível dizer que o PROUCA gera melhoria no processo de ensino e aprendizagem e ou inclusão digital nas escolas contempladas? Se os problemas técnicos não existissem e a formação pedagógica fosse plena à proposta do governo federal, o PROUCA oportunizaria melhores resultados pedagógicos?

Acreditamos que este trabalho deva ser considerado um espaço inicial de reflexão a respeito do PROUCA e da proposta de inclusão digital no estado de Goiás e no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Governo Federal. **Inclusão digital**. Disponível em: <<http://www.inclusaodigital.gov.br/noticias>> Acessado em agosto de 2011.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

OLPC. **One Laptop Per Child** - Brasil. Disponível em: http://www.olpc.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=56&Itemid=41. Acessado em: fevereiro de 2013.

ROCHA, E. A. **Programa Um Computador por Aluno - PROUCA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Universidade Estadual de Goiás. 2011.

PRETTO, Néilson; PINTO, Cláudio da Costa. Tecnologias e Novas Educações. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11, n. 31, p. 19-30, jan./abr. 2006.

PROUCA. Programa Um computador por Aluno. **Escolas beneficiadas**. 2013. Disponível em: <<http://www.uca.gov.br/institucional/escolasBeneficiadas.jsp> Acessado em junho 2011>.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e Inclusão social**: a exclusão social em debate. São Paulo: Senac, 2006.